



JUVENTUDE RURAL E TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL: A HISTÓRIA DO PROJETO COMPARTILHAR COMO ALTERNATIVA PARA PERMANÊNCIA DE JOVENS NO CAMPO

Lidiane Kasper, Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS), Doutoranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUI), Bolsista Capes. E-mail: lidianekasper@gmail.com.

Jorge Oneide Sausen, Pós-Doutor em Administração (EBAPE/FGV/RJ), Doutor em Engenharia de Produção (UFSC), Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UNIJUI. E-mail: josausen@unijui.edu.br

Felipe Eich, Mestrando em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis (UFFS), E-mail: eich.felipe2021@gmail.com

Caroline Zalamea, Graduanda em Agronomia (UFPEL). E-mail: zalamea.carol@gmail.com

RESUMO

A discussão deste artigo se articula entre o paradigma da sustentabilidade e os sujeitos sucessores da agricultura familiar, sendo objetivo deste estudo analisar o Projeto Compartilhar como estratégia de reprodução social no campo da agricultura familiar atendida, por meio da produção sustentável de alimentos e a sucessão rural. Para se atingir o objetivo proposto, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva, explicativa e documental, tendo por base relatórios de execução do Projeto Compartilhar, utilizando-se como procedimento a análise de conteúdo. Como resultados, verifica-se que os princípios utilizados pelo Projeto Compartilhar, para produção de alimentos de forma sustentável, têm se mostrado um incentivo para os jovens integrantes, aliado ao acompanhamento da assistência técnica, protagonismo dos jovens e o apoio familiar, condições que refletem na motivação dos jovens e na intenção em continuar com as atividades no meio rural.

Palavras-chave: Sucessão familiar. Sustentabilidade. Desenvolvimento territorial.



1 INTRODUÇÃO

A prática da agricultura envolve o aspecto produtivo, mas também um conjunto de outros fatores sócio-econômico-ambientais. Nessa perspectiva, a agricultura familiar desempenha um importante papel, pois além de produzir parte significativa dos alimentos que chegam na mesa dos brasileiros (IBGE, 2017), é caracterizada por estabelecer vínculos entre família, ambiente, produção e economia, reunindo um conjunto de dinâmicas, atores e práticas convencionais ou alternativas (BITTENCOURT, 2020; SABOURIN *et al.*, 2022).

Dado o processo de modernização da agricultura e intensificação da produção agrícola, muitos sistemas de produção e comercialização praticados pela agricultura familiar foram desestruturados, afetando relações socioeconômicas, desencadeando em um processo de vulnerabilidade, migração populacional e corrosão ambiental (PREISS, DEPONTI, 2020; WEBER, KARNOPP, HUNDERTMARCK, 2021).

Neste contexto, persistem diversos desafios à agricultura familiar relacionados às políticas públicas e ações estratégicas de fomento das atividades desenvolvidas, inserção em mercados e viabilidade, o que leva muitas pessoas a abandonar tais práticas, as que envolvem a valorização da agrosociobiodiversidade, e também o campo, seus conhecimentos, tradições e proximidade com a natureza.

Diante desta problemática, se faz necessário trazer luz aos processos que envolvem a adoção de práticas produtivas sustentáveis e, especialmente, o processo de sucessão familiar (BITTENCOURT, 2020), a fim de investigar formas de promover a inserção dos jovens agricultores em uma perspectiva sustentável e atrativa.

Neste contexto, surge o Projeto colaborativo e social denominado 'Compartilhar', que é um projeto firmado entre a proponente COOPERLUZ - Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento, e a executora AREDE - Associação Regional de Educação, Pesquisa e Desenvolvimento, contando ainda com o apoio de um conjunto de outros parceiros na divulgação, comercialização e outras etapas relacionadas, visando atender jovens agricultores familiares inseridos na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - RS. O Projeto foi criado com o objetivo de buscar sustentabilidade e desenvolvimento na produção de alimentos, viabilizando a manutenção de agricultores familiares no meio rural da região atendida. Dentre os objetivos estratégicos do Projeto Compartilhar destaca-se a sustentabilidade, incentivo à sucessão rural, produção de alimentos saudáveis e, conseqüentemente, o fortalecimento da agricultura familiar.

Avançar em pesquisas que desvendam experiências no campo da agricultura familiar, que repercutem no desenvolvimento dos estabelecimentos familiares, mas também que



sustentem aspectos da agroecologia e sustentabilidade, se mostram um caminho necessário a ser explorado pela literatura (KAPELINSKI *et al.*, 2021). Nesta mesma linha, Costa, Corbari e Zonin (2021) enfatizam a importância de reflexões no sentido de compreender as características das transformações que vêm ocorrendo no meio rural e, a partir delas, elaborar estratégias para conter o esvaziamento dos espaços rurais e promover um desenvolvimento sustentável, centrado na melhoria das vidas destas famílias e oferecendo a elas oportunidades para robustecer suas atividades.

Portanto, a discussão deste artigo se articula entre o paradigma da sustentabilidade e as relações de sujeitos envolvidos em processos de sucessão na agricultura familiar, sendo objetivo deste estudo analisar o Projeto Compartilhar como estratégia de reprodução social no campo da agricultura familiar da região atendida, enquanto alternativa para a produção sustentável de alimentos.

Tendo em vista a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos de forma sustentável, além da preservação da biodiversidade e desenvolvimento econômico das comunidades, é fundamental garantir a continuidade destas atividades, instigando a permanência dos jovens no campo. Estudos que visam a promoção da sucessão rural dentro de uma perspectiva de produção sustentável são relevantes na tarefa de ajudar a desenvolver políticas públicas e estratégias de fomento, visando a promoção de melhores condições de vida nas comunidades rurais.

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo encontra sustentação no fato de envolver duas temáticas latentes no campo acadêmico, a sucessão rural e a produção sustentável de alimentos, assuntos ainda carentes de exploração no meio científico e que também podem abrir portas para encontrarmos novos caminhos para a manutenção de jovens no campo, de forma sustentável e contributiva para a sociedade, repercutindo no processo de desenvolvimento territorial e regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar: avanços e desafios

A agricultura familiar, enquanto categoria social e política, passa a ser reconhecida institucionalmente no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990, resultado de mobilizações de movimentos sociais e um conjunto de publicações e pesquisas que passaram a provocar renovações importantes no meio rural (SCHNEIDER, 2006; GRISA; SCHNEIDER, 2014).



Em termos político-institucionais um marco no reconhecimento e legitimidade da agricultura familiar é alcançado em 1996 a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, além do mais, uma estrutura específica é destinada a operar políticas públicas no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário, com foco na agricultura familiar (SCHNEIDER, 2006).

Mais tarde, cita-se a criação de outras políticas públicas específicas para este tipo de agricultura e que desencadearam novas trajetórias para os mercados institucionais da agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Tais políticas contribuem para a segurança alimentar saudável e sustentável, atendendo às necessidades nutricionais dos públicos atendidos, além de representar uma forma de valorização da produção local e/ou regional (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Se, por um lado, ocorreram avanços em termos de reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria e criação de políticas públicas voltadas a este grupo social, por outro ainda carece de avanços que deem conta das transformações, de modo especial a inclusão da agricultura familiar diante do contexto produtivo hegemônico (BITTENCOURT, 2020), e a falta de interesse dos jovens nas atividades do meio rural (OLIVEIRA; MENDES; VAN HERK VASCONCELOS, 2021).

Nesta linha, Bittencourt (2020) destaca a necessidade de alternativas para promover uma maior inclusão produtiva e comercial da produção proveniente da agricultura familiar, e conseqüente geração de renda, além da melhoria da qualidade de vida e, sobretudo, incentivos para o processo de sucessão familiar. O autor ainda cita a implementação de alternativas que tornem a agricultura familiar cada vez mais sustentável ambientalmente, podendo ser uma grande aliada na sua inserção nos mais diferentes mercados baseados em produtos provenientes da biodiversidade.

2.2 Transição sustentável

As questões agrícolas e alimentares tornam-se, cada vez mais, prioridade nas discussões e agendas nacionais e internacionais, de modo que tocam diretamente, ao menos sete dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, que constam na agenda 2030 da ONU (PREISS; VASCONCELLOS; SCHNEIDER, 2018). Além do mais, a qualidade dos alimentos e suas procedências, seja pelos seus efeitos à saúde humana ou para o meio ambiente, demonstra uma preocupação ascendente da sociedade consumidora (BITTENCOURT, 2020; FERNANDES, KONZEN, 2021), de tal modo que a mudança



gradativa de comportamento do mercado abre possibilidade de novas frentes, incluindo a valorização da produção sustentável (BITTENCOURT, 2020).

Não é recente que a relevância da agricultura familiar em torno da produção sustentável de alimentos vem sendo apontada na literatura (CARMO, 1998; MATTE, PREISS, 2019; PREISS, *et al.*, 2022). Dadas as características da produção familiar, suas condições estruturais, escala de produção e diversificação de atividades vegetais e animais, têm destacado este tipo de agricultura como ideal para desenvolvimento ambientalmente sustentável (CARMO, 1998), ao apresentarem iniciativas heterogêneas e inovadoras em torno da produção e consumo alimentar mais sustentáveis (MATTE, PREISS, 2019).

Assim, o potencial da agricultura familiar em torno da produção mais sustentável, passa pelo acompanhamento de uma rede de estímulos e suporte, visando ajudar o maior quantitativo possível de agricultores, especialmente os mais vulneráveis, abrindo-se uma oportunidade de promover a inclusão produtiva, abrangente e sustentável (BITTENCOURT, 2020). Além do mais, esse potencial está atrelado à garantia de reprodução ao longo do tempo, o que depende, essencialmente, dos jovens e seus familiares, na construção desse futuro (COLETTI, 2021).

2.3 Alternativa de fixação de jovens no campo

Devido ao envelhecimento da população rural, a inserção dos jovens no protagonismo da agricultura, seja na gestão, ações governamentais e nos debates científicos, tornam-se fundamentais, sendo eles responsáveis, não somente pela gestão da propriedade, mas também pela manutenção de um modo de vida que foi transmitido de geração para geração.

Os processos sociais pelos quais passam uma nova geração de produtores, de modo especial jovens filhos de agricultores, resulta na sucessão rural, inserindo-se neste processo a sucessão profissional, a transferência hereditária do patrimônio e da gestão da propriedade rural, e a aposentadoria (STROPASOLAS, 2011).

Assim, a saída ou ausência dos jovens no meio rural coloca em risco o processo de sucessão, especialmente quando se trata da agricultura familiar, dado que este processo dependerá de condições objetivas internas e externas ao estabelecimento rural, como contextos de escassez de terras, metas econômicas, dificuldade de reprodução social dos agricultores, mas também contextos sociais de aprovação, poder e sociabilidade (SAVIAN, 2014). Contudo, diversos fatores podem influenciar o processo sucessório, desestimulando ou não a permanência do jovem no campo.



Neste sentido, a sucessão rural vem sendo apontado como tema de pesquisas científicas, frente a compreensão dos fatores estimulantes ou de rompimento do processo sucessório, de modo especial aquele que envolve a agricultura familiar (VIEIRA, BAHIENSE, SILVA, 2019; COSTA, CORBARI, ZONIN, 2021; BREITENBACH, TROIAN, 2020).

Tendo por base produções acadêmicas sobre sucessão rural e agricultura familiar em um contexto brasileiro, referente ao período de 2003 a 2018, os autores Vieira, Bahiense e Silva (2019) apresentam como principais fatores que provocam rompimento do processo sucessório e que aparecem com maior frequência nos trabalhos analisados: o poder patriarcal; a penosidade das atividades do meio rural; questões econômicas, e as dificuldades relacionadas ao acesso à educação, serviços básicos e tecnologia.

Ademais, no estudo de caso de Costa, Corbari e Zonin (2021) dentre os principais motivos que levam a não permanência dos jovens no meio rural, destaca-se o fator renda, por não apresenta uma característica fixa ou constante; a penosidade do trabalho rural; pouco apoio dos pais para continuar na atividade; a heteronomia na tomada de decisão na propriedade; e reduzida área de terras para o desenvolvimento das atividades. Em estudo de caso de Breitenbach e Troian (2020) dentre as condicionantes para saída dos jovens do meio rural, destaca-se a dificuldades e incertezas das atividades agrícolas; pouca valorização do trabalho na agricultura; escassos espaços de lazer, penosidade do trabalho agrícola, e autonomia tardia.

Por outro lado, ao serem analisados os motivos que aparecem com maior frequência para continuidade dos jovens no meio rural, destaca-se o diálogo familiar; a localização das propriedades rurais próxima às cidades; renda e autonomia financeira; espaço de convivência com a comunidade; aprimoramento acadêmico e acesso a escolas de famílias agrícolas; uso de tecnologias no desempenho de métodos produtivos; acesso às políticas públicas; o matrimônio; e a valorização e apego pela terra (VIEIRA, BAHIENSE, SILVA, 2019).

Nos estudos de caso analisados os jovens pesquisados enfatizam como motivos para permanência no meio rural, o prazer pelas atividades e vida do campo; geração de renda satisfatória para manter as necessidades da família; apoio e incentivo da família; liberdade em termos de horários e sistemas de trabalho; possibilidade de criar animais e plantações com qualidade (COSTA, CORBARI, ZONIN, 2021), aspectos emocionais, como a valorização das tradições da família; e o orgulho pelo desempenho das atividades como agricultor (BREITENBACH, TROIAN, 2020).

O contexto sucessório e a reprodução da agricultura familiar dependem do despertar de interesse dos jovens como atores responsáveis pela continuidade futura da propriedade e



da reprodução social do modo de vida rural, exercendo seu protagonismo no desenvolvimento da unidade produtiva familiar e, para o cenário alimentar brasileiro (BREITENBACH, TROIAN, 2020).

Diante dos desafios extensos em torno da agricultura familiar e a sucessão familiar, discussões e alternativas tem despertado para as potencialidades da agricultura familiar face das novas demandas da sociedade, qual seja a produção sustentável, promovendo uma transformação do campo com apoio técnico, visando produtividades, conservação ambiental e otimização de recursos (COSTA, CORBARI, ZONIN, 2021).

Neste viés, o incentivo à sucessão familiar dentro de um contexto da agricultura familiar e produção sustentável de alimentos remetem a entender melhor a dinâmica no contexto do Projeto Compartilhar, cujo objetivo central deste Projeto vai ao encontro desta discussão.

3 METODOLOGIA

Em termos metodológicos este estudo situa-se, quanto à abordagem, como pesquisa qualitativa que, segundo Creswell (2010) consiste na coleta de dados abertos, análise de textos, e a interpretação pessoal em relação aos achados.

Quanto aos objetivos, classifica-se a pesquisa como descritiva e explicativa. Por meio da pesquisa descritiva são apresentadas características e demais elementos em torno do contexto analisado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Deste modo, por meio da pesquisa descritiva foram relatadas características do Projeto Compartilhar e sua relação com a produção sustentável de alimentos pela agricultura familiar, de modo específico por meio do protagonismo dos jovens participantes. Já a característica explicativa da pesquisa teve por interesse explicar os fenômenos analisados buscando um sentido de entendimento (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2013). Descritas as características do Projeto Compartilhar, buscou-se explicar o surgimento e as etapas que foram sendo realizadas em torno desta organização, focando nos elementos em torno da articulação de jovens para produção de alimentos sustentáveis.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados e informações, tem-se uma pesquisa do tipo documental, que de acordo com Oliveira (2007, p.69) “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. Baseado neste procedimento foram utilizados relatórios parciais e finais de acompanhamento das etapas de execução do Projeto Compartilhar, fichas e fotos de visitas técnicas e demais documentos, elaborados pela AREDE, executora das



ações do Projeto em questão, com o propósito de reunir informações que permitiram compreender as etapas do Projeto Compartilhar como organização e estratégia de articulação de jovens para produção de alimentos sustentáveis. Vale frisar que o Projeto Compartilhar já tem duas fases completas de execução e uma terceira fase em andamento, deste modo a descrição da execução do Projeto concentrou-se apenas nas duas fases iniciais, com base em relatórios finais da primeira e relatórios parciais da segunda fase.

A análise deste estudo foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, em torno de suas três fases, quais sejam: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados e sua interpretação (BARDIN, 2016). Iniciando pela pré-análise, foram selecionados os materiais representativos sobre o contexto a ser analisado, prosseguindo-se com a exploração do material selecionado, que permitiu reunir os dados e informações para a etapa seguinte, baseada no tratamento e interpretação, cujos resultados passam a ser descritos no tópico a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação e discussão dos resultados está estruturada em três tópicos principais, iniciando pela caracterização do Projeto Compartilhar, passando para os elementos em torno das etapas de execução do Projeto e, por fim, elementos que trazem as percepções dos jovens em torno da sucessão familiar rural.

4.1 Caracterização do Projeto Compartilhar

O Projeto Compartilhar surge no ano de 2020 de uma proposição da sociedade cooperativa COOPERLUZ - Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento, juntamente com a conveniada e executora das ações a AREDE -Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa, vinculando demais parceiros e colaboradores, com vistas a atender o público-alvo compreendido por jovens agricultores familiares, em unidades de produção familiar localizadas na região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul – RS (COOPERLUZ, 2020; 2021).

Os objetivos estratégicos do Projeto Compartilhar estão centrados na sustentabilidade, incentivo à sucessão rural, produção de alimentos saudáveis e, conseqüentemente, o fortalecimento da agricultura familiar. Deste modo, destaca-se o atendimento a jovens pertencentes às famílias rurais da região supracitada, especialmente focando naqueles em situação de vulnerabilidade social, por meio do fomento produtivo de alimentos sustentáveis,



fortalecimento econômico das famílias atendidas e incentivo à continuidade da atividades no meio rural com a sucessão dos filhos (COOPERLUZ, 2020; 2021).

De modo a efetivar o objetivo proposto, a proponente COOPERLUZ concede um aporte financeiro inicial a cada um dos beneficiários, sendo este administrado pela executora AREDE, com a finalidade de financiar a assistência técnica e compra das sementes, mudas, produtos e/ou insumos necessários para o fomento produtivo inicial.

As ações do Projeto Compartilhar tiveram início em outubro de 2020 com duração de um ano, período este que compreendeu a primeira fase de execução. Durante a primeira fase do Projeto objetivava atender 20 jovens pertencentes a famílias de agricultores familiares, efetivando-se nesta fase 18 participantes, sendo estes residentes em municípios da região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, representando um recorte territorial que envolve: Alecrim, Campina das Missões, Cândido Godói, Porto Lucena, Porto Vera Cruz (COOPERLUZ, 2020).

Logo após o término da primeira fase, iniciaram as articulações em torno de uma segunda fase, compreendida entre novembro de 2021 até novembro de 2022, neste momento amplia-se para o quantitativo de 35 jovens a serem atendidos (COOPERLUZ, 2021).

Para o ano de 2023 foi formalizada a renovação do Projeto para início de uma terceira fase, contando neste momento com 20 jovens, e inserção de novos colaboradores com a execução de um projeto paralelo, visando atender mais 15 jovens.

4.2 Execução do Projeto Compartilhar

A execução do Projeto Compartilhar inicia pelas atividades de divulgação das ações propostas, juntamente com a mobilização de participantes, partindo-se dos espaços onde já existe a promoção de ações a âmbito regional com os jovens, a exemplo dos programas/atividades sociais realizadas pelas instituições como, Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra - CFRFT, Projeto Jovem Empreendedor Rural - JER, além de jovens educandos do Programa de Cooperativismo nas Escolas - PCE. Paralelo as ações de divulgação, foram construídas parcerias locais junto a associações cooperativas presentes na região, visando relações comerciais de compra de insumos para as ações do Projeto Compartilhar, e venda dos produtos oriundos das atividades realizadas pelos beneficiários do Projeto.

Realizada a apresentação do Projeto Compartilhar aos jovens, pela AREDE, estes foram cadastrados para compor o quadro de beneficiários das ações do Projeto Compartilhar, contemplando assistência técnica e recebimento de insumos para produção sustentável,



como adubos orgânicos, sementes, mudas e produtos biológicos, conforme o plano de cultivo desenvolvido junto a cada propriedade familiar onde os jovens residem.

Deste modo, as atividades iniciais junto às propriedades rurais familiares se concentraram no diálogo entre assistência técnica e a família, enfatizando o protagonismo dos jovens nesta condução, visando desenvolver uma solução técnica a partir do perfil produtivo e condições da área, definindo a cultivar adequada para cada realidade, de modo a ser viável dentro da disponibilidade de terras de cada propriedade rural atendida.

As visitas técnicas presenciais foram ocorrendo de forma periódica, além de utilizar ferramentas de comunicação digitais para a troca de informações e orientações pontuais. Inicialmente, as visitas contemplaram a fase de planejamento da produção e organização da área. Realizada a etapa de preparo da área, a próxima visita se deu em função da disponibilidade de insumos para os jovens, com orientações sobre o plantio, manejo dos insumos, evitando perdas. Seguidamente, foram ocorrendo as visitas de acompanhamento, para observar o que havia sido realizado pelos jovens e como estava o desenvolvimento das áreas de produção. Concomitante às atividades produtivas, a distribuição de mudas de árvores nativas e frutíferas para o plantio, e o incentivo ao ajardinamento no entorno da propriedade rural, também foram ações promovidas durante as visitas técnicas.

Dentre as cultivares selecionadas para produção, analisando os relatórios da primeira e segunda fase do Projeto, destacou-se com maior representatividade em termos de quantidade a produção de frutas (pêssego, laranja, bergamota, moranguinho, melancia e uva; grãos (milho, amendoim e feijão), e hortaliças tubérculos e hortaliças frutos (Batata doce, alho, tomate, repolho, beterraba, pepino, cenoura, abóbora, cebola, alface).

Em relação às frutas produzidas, especificamente, o pêssego, laranja, bergamota e uva, as plantas já existiam em pomares estabelecidos nos locais, e foram beneficiadas pelo projeto através da assistência técnica com relação ao manejo para o controle de sanidade e também adubação com insumos biológicos. Com relação ao moranguinho e a melancia, foram fornecidas mudas e sementes, respectivamente, para o cultivo. Estes produtos, em suma, foram produzidos para autoconsumo e seu excedente para venda, tanto em casa, quanto em feiras de ruas ou nas cooperativas.

Dentre os grãos produzidos a partir do projeto, o feijão, amendoim e o milho se destacaram, de modo que o milho foi cultivado principalmente para o trato animal, produção de ovos e alimentação de porcos, já o feijão e o amendoim, foram produzidos para consumo humano, e o excedente da produção foi comercializado nas cooperativas da região.



A produção de hortaliças e tubérculos com uso de insumos biológicos também se mostrou uma alternativa para muitos dos jovens que desejam ficar no campo, destacando-se neste aspecto a produção em curto período e o fator comercialização bem-sucedido, cuja demanda remeteu a diferentes canais, quais sejam: feiras de produtores, cooperativas e entregas diretas para o consumidor.

Observa-se ainda que a grande maioria dos jovens beneficiados pelo Projeto Compartilhar acabou mostrando interesse pelo cultivo do alho (*Allium sativum* L.). Por ser uma planta de fácil cultivo, pouco manejo e de muita procura, considerando seus benefícios para a saúde, além de apresentar um valor agregado na hora da comercialização, dado que a região em estudo importar parte significativa deste produto para atender a demanda interna do mercado, sua produção tem se mostrado uma oportunidade rentável aos jovens inseridos no Projeto.

A relação e diversidade de cultivares produzidas pelos jovens atendidos pelo Projeto Compartilhar apresentou-se como uma oportunidade, especialmente, pela característica da região em estudo ser essencialmente agrícola, onde existe a necessidade da busca de alimentos, como frutas, hortaliças e tubérculos, provenientes de outras regiões para atender a demanda interna do mercado.

Além da diversidade, destaca-se o aspecto agroecológico destes alimentos, característica de diferenciação no momento da comercialização, cuja demanda está em crescimento. O interesse crescente por alimentos livres de agrotóxicos é destacado na literatura, resultante de um processo de conscientização dos consumidores com a saúde humana e com o meio ambiente (BITTENCOURT, 2020; FERNANDES, KONZEN, 2021). Deste modo, o incentivo do Projeto Compartilhar em torno da prática diferenciada de produção de alimentos para o mercado consumidor, qual seja a sustentável, além de contribuir com a segurança alimentar, apontam para uma oportunidade de trabalho e renda para os jovens participantes.

4.3 Percepções em torno da sucessão

Ao analisar as percepções dos jovens em torno da sucessão familiar o papel da assistência técnica realizada junto às propriedades rurais fica evidente, no que tange ao desenvolvimento do projeto técnico de cultivo, mas principalmente como espaço educativo e de acompanhamento periódico, permitindo com isso a avaliação dos processos que foram sendo realizados na propriedade, para o bom desenvolvimento das culturas. Nesta mesma linha, no estudo de Costa, Corbari e Zonin (2021), os autores fazem referência à extensão



rural como essencial no processo de promoção e transformação no campo, aliando aspectos de produtividade, conservação ambiental e otimização no uso de recursos.

As ações do Projeto Compartilhar, em âmbito de um bom desenvolvimento das culturas praticadas pelos participantes, mediante acompanhamento da assistência técnica, mostraram-se repercutir no comprometimento e dedicação dos jovens, aliando produção satisfatória, alimento de boa qualidade e preservação da saúde e do meio ambiente. Corroborando nesta lógica o estudo de Costa, Corbari e Zonin (2021), ao passo que, dentre os motivos destacados pelos jovens para permanência nas propriedades rurais a geração de renda satisfatória para manter as necessidades e a possibilidade de criar animais e plantações com qualidade e para consumo próprio, como motivos destacados pelos jovens para permanência nas propriedades familiares rurais pesquisadas.

O protagonismo estendido aos jovens junto às atividades atreladas ao Projeto Compartilhar, como planejamento e análise da área para produção, definição da cultivar, ações em torno do preparo da terra, plantio, cuidado, colheita, organização para comercialização, mostram-se como fatores estimulantes na medida que permitem ao jovem colocar em prática aquilo que aprenderam com a assistência técnica e com os diálogos entre a família, de modo que este empoderamento aliado ao apoio familiar se refletem na motivação dos jovens, suscitando uma intenção em continuar com as atividades no meio rural e, conseqüentemente, repercute na qualidade de vida da família. Tal constatação também é citada pela literatura ao apontarem o diálogo familiar (VIEIRA, BAHIENSE, SILVA, 2019) e o apoio e incentivo da família (COSTA, CORBARI, ZONIN, 2021) como fatores estimulantes a permanência dos jovens, do mesmo modo a autonomia que os jovens tiveram para realizar as atividades foram fatores essenciais para a decisão de permanência, dado que o poder patriarcal é apontado por Vieira, Bahiense e Silva (2019), como um fator que provoca rompimento do processo sucessório.

Somado a isso, cita-se os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar, especialmente para aqueles jovens participantes do Projeto Compartilhar e que também estão inseridos em escolas do campo, de modo que nas aulas práticas foram instigados a desenvolver um projeto de vida, aliado ao Projeto Compartilhar, sendo incentivados a produzir as próprias mudas de hortaliças e grãos, gerando para as famílias visitadas oportunidades de renda, pesando, principalmente, em primeiro produzir para o consumo próprio e o excedente comercializar nas feiras ou cooperativas da região. Dentre os motivos para a continuidade dos jovens no meio rural, citados por Vieira, Bahiense e Silva (2019), o



aprimoramento acadêmico e acesso a escolas de famílias agrícolas se mostraram importantes neste processo.

Outra questão a ser destacada no aspecto da sucessão rural refere-se a diversidade de alimentos produzidos e comercializados pelos jovens, além da escolha daqueles alimentos com maior demanda pelos mercados da região, de modo que a diversificação tem contribuído na geração de renda em períodos diferentes no ano, aliando-se ao aspecto da escolha por produtos com maior demanda, favorecendo a comercialização, sendo um incentivo financeiro aos jovens que reflete na motivação em seguir com as atividades do meio rural. O fator renda, tão ou mais importantes que outros motivos, aparece de forma quase que unânime nas pesquisas acadêmicas envolvendo aspectos da sucessão rural (SAVIAN, 2014; VIEIRA, BAHIANSE, SILVA, 2019; COSTA, CORBARI, ZONIN, 2021; BREITENBACH, TROIAN, 2020).

Aliada a diversidade e ao aspecto da demanda por produtos, cita-se a característica agroecológica da produção que, além de ser mais um fator de diferenciação no momento da comercialização, dado o movimento dos consumidores em torno da procura de alimentos mais saudáveis, a prática da agricultura sustentável vem demonstrando que é possível produzir alimentos com qualidade, preservação e geração de renda. Nesta linha Bittencourt (2020) destaca a mudança de comportamento, do mercado e dos consumidores, que abre possibilidades promissoras de valorização da produção sustentável.

A sucessão familiar em uma propriedade rural possui inúmeras vantagens, dentre elas a valorização do patrimônio familiar aliado à uma boa convivência entre a família, cujo estreitamento de laços e relações afetivas trazem benefícios para os rumos da atividade. Nestes aspectos a assistência técnica realizada junto às propriedades rurais enfatiza a importância do diálogo entre o jovem e sua família, de modo que todo o processo de sucessão se torna mais simples e faz com que o sucessor tenha mais interesse em permanecer na propriedade, pensando cada vez mais no futuro e trazendo cada vez mais tecnologia e inovação, atribuindo mais valor ao negócio. No estudo de Breitenbach e Troian (2020), aspectos familiares e emocionais, como a valorização das tradições familiares e orgulho em ser agricultor, ocupam papel de destaque para que os jovens queiram permanecer desenvolvendo as atividades do meio rural.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar o Projeto Compartilhar como estratégia de reprodução social no campo da agricultura familiar atendida na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - RS, enquanto alternativa para a produção sustentável de alimentos pelos sucessores.

Assim, na perspectiva deste artigo, os princípios utilizados pelo Projeto Compartilhar, para produção de alimentos de forma sustentável, têm se mostrado um incentivo para os jovens integrantes, mostrando que é possível, mesmo com pouca disponibilidade de terras e recursos, produzir alimentos com qualidade sem agredir ao meio ambiente, gerando renda e qualidade de vida para o grupo familiar.

Ademais, o Projeto Compartilhar, por meio do acompanhamento da assistência técnica tem estimulado o protagonismo dos jovens e o diálogo com a família, característica que vem ao encontro do estímulo da agricultura familiar atendida, seja em termos de produção satisfatória, como pelo incentivo ao aspecto sucessório.

Constatou-se que não há fortalecimento da sucessão na agricultura familiar sem a participação efetiva dos jovens, preparando estes para condução das atividades no meio rural e, neste aspecto, soma-se os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar, especialmente aqueles jovens inseridos em escolas familiares do campo, cujas aulas práticas e projetos desenvolvimentos neste ambiente incorporam elementos de diferenciação na produção de alimentos através do sistema agroecológico.

Por fim, em termos de limitações do estudo, destaque para o fato de contemplar um período de análise ainda pequeno de vida do Projeto Compartilhar (iniciando terceiro ano de execução), que se encontra ainda em fase embrionária, porém com uma perspectiva de ampliação em termos de incorporação de um contingente maior de jovens nessa atividade, seja pela adesão de outros parceiros e/ou incentivadores. Reconhecendo os limites desta pesquisa, que ainda está longe de esgotar as possibilidades e aprofundamento do estudo, recomenda-se para a sua continuidade a incorporação de uma análise econômico-financeira dos resultados atingidos com o Projeto Compartilhar, a partir da sua criação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016

BITTENCOURT, D. M. C. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. In: BITTENCOURT, D. M. C. **Estratégias para a Agricultura Familiar Visão de futuro rumo à inovação**. Texto para Discussão, Embrapa Brasília, DF 2020.



BREITENBACH, R.; TROIAN, A.. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2020.

CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, 45(1):1-15, 1998.

COLETTI, T. Sustentabilidade e Agricultura Familiar: O dilema da sucessão intergeracional no Oeste Catarinense. In: ZONIN, V. J.; KROTH, D. C. (org.). **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. Curitiba: Appris, 2021.

COOPERLUZ. Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste. **Projeto Compartilhar**. Contrato/Convênio: Santa Rosa, 2020.

COOPERLUZ. Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste. **Projeto Compartilhar**. Contrato/Convênio: Santa Rosa, 2021.

COSTA, P. I.; CORBARI, F.; ZONIN, V. J. Diálogos com a juventude rural e os caminhos para a sucessão familiar no município de Pato Bragado-PR. In.: ZONIN, V. J.; KROTH, D. C. **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERNANDES, D. M. M.; KONZEN, M. S. Consumo de alimentos orgânicos: distribuição e comportamento no mercado. In: **Anais** do X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. p. 1-17.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Agência IBGE Notícias. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

KAPELINSKI, F.; *et al.* Desenvolvimento regional e políticas públicas para a agricultura familiar: contribuições e debates. In: **Anais...** X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. v. 1. p. 1-16.

MATTE, A.; PREISS, P. V.. Protagonismo de produtores e consumidores na construção de mercados alimentares sustentáveis. **Alimentação e Sustentabilidade**, v. 1, p. 125-156, 2019.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VAN HERK VASCONCELOS, A. C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(2), 2021.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.



PREISS, P. V. *et al.* Impacto da covid-19 na comercialização de alimentos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, Brasil. **Eutopia**: Revista de Desarrollo Económico Territorial, n. 21, p. 9-29, 2022.

PREISS, P. V.; DEPONTI, C. M. Reflexões sobre o potencial da realocização alimentar para o desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, R. L. L.; DEPONTI, C. M. (org). **Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 261-291.

PREISS, P.; VASCONCELLOS, F. C. F.; SCHNEIDER, S. Agricultura e alimentação para o século 21 - novas referências, desafios e perspectivas. In: DE DAVID, L. *et al.* (Org.). **Agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental: relatório verde 2018**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018. p. 37-58.

SABOURIN E., *et al.* Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil. In: GRISA, C. el. al.org. **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022, p.13-33.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 159, p. 97-106, 15 jul. 2014.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agrícoltas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

VIEIRA, J.P. L.; BAHIENSE, D. V.; SILVA, S. M. Produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar: uma análise do contexto brasileiro do período (2003-2018). **Extensão Rural**, v. 26, n. 2, p. 89-103, 2019.

WEBER, J. M., KARNOPP E., HUNDERTMARCK, C. L. C. Planejamento na gestão rural: um estudo de caso da agricultura familiar. In: DEPONTI, C. M.; FREITAS, T. D.; FAVARETO, A.. **Três décadas de planejamento em áreas rurais: balanços e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 405p.